

Dizer a morte na infância: arquivo, memória e literatura nos acervos do PNLD Literário

Talking About Death in Childhood: Archives, Memory, and Literature in the Collections of the PNLD Literary Program

Gabriela Vitorello*

Soraya Maria Romano Pacífico**

RESUMO: Este artigo investiga a circulação da temática da morte na literatura de infância, a partir da análise dos acervos de bibliotecas escolares constituídos pelo PNLD. Ancorado na Análise de Discurso, compreende-se a biblioteca escolar como um arquivo discursivo, no qual se regulam os sentidos autorizados a circular para a infância. A busca revelou a presença de apenas uma obra que aborda a temática: *O Livro da avó*, na qual a morte é deslocada para o campo da memória, através de famílias parafrásticas e recursos visuais que a discursivizam de forma indireta. Os resultados indicam que o silenciamento da morte constitui um efeito de discursos hegemônicos que concebem a infância como espaço de proteção, produzindo limites ao dizível no arquivo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: morte; Análise de Discurso; literatura de infância; PNLD.

ABSTRACT: This article investigates the circulation of the theme of death in children's literature through an analysis of school library collections established by the PNLD. Grounded in Discourse Analysis, it understands the school library as a discursive archive in which the meanings authorized to circulate for childhood are regulated. The search identified only one work addressing the theme, *O Livro da avó*, in which death is displaced into the realm of memory through paraphrastic families and visual resources construct it indirectly. The findings indicate that the silencing of death constitutes an effect of hegemonic discourses that conceive childhood as a space of protection, thereby limiting what can be said within the school archive.

KEYWORDS: death; Discourse Analysis; children's literature; PNLD.

Vivo, através do outro, os perigos de estar em um mundo violento, como o meu, mas amparada pela zona fronteira da leitura. Essa experiência é uma forma de materialização da vida pulsante que pode me atravessar.

Fani Miranda Tabak

1 Introdução

A literatura, desde suas formas mais antigas até as expressões contemporâneas, constitui um dos modos mais profundos de significação da

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. E-mail: gabriela.vitorello@usp.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7785-7667>.

** Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. E-mail: smrpacifico@ffclrp.usp.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2973-3254>.

experiência humana. Conforme nos lembra Eni Orlandi (1997), “o homem está condenado a significar”, e é justamente na literatura que esse impulso de produzir sentidos encontra um espaço privilegiado de realização. Por meio dela, os sujeitos elaboram a própria condição humana, transformando emoções, conflitos e imaginários em narrativas que espelham e, ao mesmo tempo, reinventam o mundo. Em sua dimensão estética, simbólica e discursiva, a literatura funciona como um acesso privilegiado ao interdiscurso, ou seja, o conjunto de já-ditos que sustentam a produção de novos dizeres. Com isso, a literatura vai além de instrumento pedagógico, permitindo que os sujeitos-leitores entrem em contato com diferentes modos de significar a vida, o mundo e a própria experiência humana.

Antonio Candido (1918-2017), em seu ensaio “O direito à literatura” (Candido, 2011), reconhece na arte literária um direito humano incompressível e, a partir disso, que uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis. Candido constrói seu argumento a partir de uma definição ampla de literatura como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, visto que “ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado” (Candido, 2011, p. 174).

Alterando um conceito de Otto Ranke sobre o mito, podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles. (Candido, 2011, p. 175.)

Nessa mesma direção, Michèle Petit (2008, p. 78) ressalta o caráter humanizador da leitura, afirmando que

[n]ão é um luxo poder pensar a própria vida com a ajuda de obras de ficção ou de testemunhos que tocam no mais profundo da experiência humana. De obras que nos ensinam muito sobre nós mesmos, e muito sobre outras vidas, outros países, outras épocas. Parece-me inclusive que seja um direito elementar, uma questão de dignidade.

Tanto em *Candido* quanto em *Petit*, a literatura aparece como um direito e uma necessidade simbólica, um espaço de elaboração de si e de encontro com o outro.

No que se refere à leitura, Orlandi (2012) propõe uma concepção que ultrapassa a associação restrita à alfabetização, compreendendo-a como um processo de construção de sentidos. Na perspectiva da Análise de Discurso, o sujeito-leitor deve ser concebido como alguém que interpreta o mundo, atribuindo significados a partir de sua inserção histórica e ideológica. No caso da leitura literária, essa concepção se amplia, uma vez que os sentidos não são fixos, podendo sempre deslocar-se e ressignificar-se. Como afirmam Ana Rubia Silva Vieira e Soraya Maria Romano Pacífico (2024, p. 206), “um sentido nunca é único”, pois está sempre aberto à multiplicidade interpretativa.

Essa compreensão do leitor como sujeito ativo encontra ressonância no conceito de sistema literário formulado por *Candido* (2023), organizado a partir da tríade autor-obra-leitor. Com isso, *Candido* invoca o público leitor como um elemento tão relevante quanto obra e autor para compreender não apenas a atuação da literatura na sociedade, mas também sua historicidade (*Candido*, 2023). A literatura circula em uma determinada época e há a destinação a uma audiência específica e concreta. No caso desta pesquisa, a audiência específica são as crianças.

Reconhece-se, assim, a existência de uma posição de sujeito-leitor criança, distinta tanto do sujeito-leitor adulto que lê obras destinadas a adultos, quanto daquele que lê literatura infantil. Conforme observa Peter Hunt (2010), a leitura adulta de textos infantis frequentemente ocorre “contra” o leitor implícito, revelando a dimensão ideológica que atravessa os critérios de adequação e valor atribuídos a essas obras. Compreender a literatura infantil implica, portanto, reconhecer a assimetria estrutural que marca suas condições de produção e leitura.

A literatura destinada à infância é inevitavelmente atravessada por relações de poder, uma vez que são os adultos que escrevem, editam, selecionam e decidem o que chega às crianças. A produção e a circulação desses livros partem de representações adultas sobre a infância e sobre aquilo que a criança é ou

deveria ser, bem como sobre o que ela é capaz, ou não, de compreender. Assim, os textos literários infantis acabam funcionando como instrumentos de mediação simbólica, em que o adulto projeta suas próprias concepções de infância, de educação e de maturidade emocional. Nesse sentido, a literatura infantil constitui não somente um espaço estético, mas também ideológico, no qual se inscrevem disputas sobre quem pode falar e sobre o que pode ser dito à infância. Essas disputas manifestam-se de forma particularmente evidente na seleção dos temas.

Nesse caso, porque seus destinatários são crianças, há toda uma vertente (hegemônica) vinculada à tradição da literatura infantil que tende a subestimar a criança, seu potencial como leitora, ao encará-la como um ser “menor”, incompleto, frágil, inocente e dependente, de forma que é preciso censurar um sem-número de informações para as quais a criança não estaria preparada e que, segundo esse ponto de vista, poderiam lhe causar muito mal. (Ceccantini; Galvão; Valente, 2024, s./p.)

A partir dessa tradição, mais recentemente, emergem os chamados temas fraturantes, isto é, aqueles considerados difíceis de serem trabalhados com as crianças e, mais do que isso, aqueles que usualmente o adulto afasta da criança, em nome de protegê-la (Azevedo; Barros, 2019). Para Vivan Bezerra da Silva (2023), os temas fraturantes são assuntos que fraturam uma concepção idealizada da infância, ou seja, temas que o imaginário social concebe como não adequados para serem abordados com as crianças, por serem considerados muito pesados, tristes ou impróprios. Neste artigo, escolhemos investigar a temática da morte por entendermos que ela atravessa a vida da criança, ainda que frequentemente silenciada, e que os modos como o luto e a morte são discursivizados na literatura infantil participam da constituição dos sentidos que as crianças produzem sobre essas experiências.

É nesse contexto que os acervos das bibliotecas escolares assumem relevância central, pois materializam escolhas institucionais sobre quais narrativas, temas e formas de dizer são legitimadas para o público infantil, operando como instâncias de organização de um arquivo. Assim, este artigo tem como objetivo investigar de que modo os acervos das bibliotecas de escolas de educação infantil se constituem como arquivos do literário contemporâneo a partir das obras selecionadas pelo PNLD Literário, analisando os modos de circulação, legitimação e silenciamento da temática do luto e da morte nesse

conjunto de livros, bem como as tensões que emergem do entrecruzamento entre literatura, políticas públicas e discursos sociais sobre infância.

1.1 Bibliotecas escolares, arquivo e literatura de infância

Ao reunir determinadas obras e não outras, a biblioteca escolar constitui-se como um arquivo no sentido pêcheuxtiano: um conjunto historicamente situado de materialidades discursivas que regula o que pode ser lido, interpretado e legitimado como literatura em uma determinada formação social. Para Michel Pêcheux (1994), o arquivo deve ser pensado como um efeito de relações sociais e ideológicas, porque os enunciados que compõem o arquivo trazem em si as tensões discursivas de seu contexto de formação e armazenamento, funcionando como um dispositivo que condiciona o que pode ser dito e interpretado em cada época. Como arquivo, a biblioteca escolar articula-se diretamente à memória discursiva, uma vez que conserva e faz circular certos dizeres, ao mesmo tempo que silencia outros, produzindo efeitos de naturalização dos sentidos que ali se estabilizam. Desse modo, a biblioteca contribui ativamente para a constituição de uma comunidade leitora infantil, delimitando os contornos simbólicos do universo literário ao qual as crianças têm acesso no espaço escolar.

Nesse processo, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) ocupa lugar central como instância de produção e organização desse arquivo, uma vez que é a partir dele que os livros chegam até as bibliotecas. Compreender o funcionamento do PNLD é, portanto, fundamental para a análise das condições de produção nas quais as obras literárias circulam e se inscrevem no arquivo das bibliotecas escolares.

O PNLD trata-se de uma política pública executada de forma colaborativa pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação (MEC), destinada à aquisição e distribuição gratuita de livros para a educação infantil, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A avaliação, a compra e a distribuição das obras envolvem diferentes instâncias – redes de ensino, escolas, professores, conselhos municipais e estaduais de educação – em regime de cooperação institucional, conforme estabelecido pela Resolução CD/FNDE nº 12, de 7 de outubro de 2020 (Brasil,

2020). O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 (Brasil, 2017), unificou as ações anteriormente desenvolvidas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), consolidando o PNLD como um dos principais instrumentos de apoio ao ensino e à aprendizagem nas escolas públicas brasileiras, sob o lema de democratização do conhecimento e da cultura.

Os editais do PNLD, contudo, não se apresentam como documentos neutros. Ao contrário, funcionam como dispositivos ideológicos formulados pelo Estado, que regulam o acesso das crianças e dos jovens à leitura e à literatura. Por meio de critérios técnicos, estéticos e pedagógicos, os editais orientam tanto a produção editorial quanto as práticas de seleção dos acervos escolares, produzindo sentidos sobre o que deve ser lido, como deve ser lido e por quem. Aspectos aparentemente técnicos – como, por exemplo, formato, extensão e custos de produção – participam de um projeto de padronização que interfere diretamente nas formas de apresentação estética das obras. Do mesmo modo, os critérios de avaliação e os processos de seleção operam como filtros discursivos, legitimando determinadas concepções de infância, de literatura e de formação leitora em detrimento de outras.

Um dos elementos centrais desse funcionamento é a segmentação dos acervos por faixas etárias, com a recomendação de livros específicos para cada etapa do desenvolvimento infantil. Essa lógica acompanha tendências históricas do mercado editorial e se manifesta em diferentes práticas contemporâneas de circulação do livro infantil. Como apontam Elaine Silva, Lucinéia Freitas e Estela Bertoletti (2006), a produção editorial tende a adequar-se às expectativas de consumo e às representações adultas sobre a infância, orientando-se pela idade recomendada como critério central de escolha. Nesse sentido, o PNLD participa da reconfiguração do literário no contato com discursos sociais sobre infância, cuidado e proteção, produzindo efeitos diretos sobre os temas que se tornam legíveis, dizíveis ou interditos no arquivo das bibliotecas escolares – entre eles, a morte e o luto.

2 Metodologia

O eixo central para o movimento interpretativo e compreensivo dos dados é o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso Pechêuxiana (AD). A AD concebe o discurso como uma prática social que constitui o homem e sua história (Orlandi, 2001). Essa perspectiva permite compreender o processo de produção de sentidos como resultado de condições sócio-históricas e ideológicas específicas, nas quais o sujeito é interpelado e se posiciona discursivamente, em que não há a expressão de uma verdade única ou de significados estáveis. Assim, o interesse da pesquisa não está em identificar “verdadeiros sentidos”, e sim em analisar o modo como esses sentidos são produzidos, especialmente nas materializações discursivas sobre a morte. Este método tem muito a contribuir para a interpretação dos sentidos mobilizados na e pela literatura de infância e compreender o funcionamento ou o mecanismo de produção desses sentidos a partir da materialidade discursiva específica desse tipo de objeto (Souza; Pacífico, 2011).

A utilização neste trabalho da terminologia literatura de infância ao invés de literatura infantil é intencional. A literatura infantil foi historicamente tratada de modo pejorativo, vista como uma forma inferior de expressão artística, como “livrinhos” ou “historinhas”. Tal tratamento reflete o modo como o universo da infância é frequentemente diminuído ou associado à inocência e à imaturidade (Silva, 2023). Essa mudança é uma tentativa de não somente ampliar o conceito de literatura voltada para a infância, mas também de questionar a qualidade de produções que consideram as crianças como intelectualmente incapazes. Isso significa dizer que apesar dessas obras terem uma certa especificidade, elas não podem abrir mão da qualidade estética e do espaço destinado ao sensível (Dias, 2023).

Para esta análise, a metodologia requer instrumentos capazes de analisar o não dito, as pistas e os sinais sutis que atravessam o discurso. Nesse sentido, será mobilizado o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), que propõe “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (Ginzburg, 1989, p. 149). Tal abordagem permite observar, nas materialidades discursivas, vestígios e marcas que revelam os

movimentos ideológicos e as formações discursivas que estruturam o dizer. Isso é importante porque, segundo Pêcheux (1995[1975], p. 146-147), formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Dessa forma, as formações discursivas fazem circular sentidos que têm origem em formações ideológicas mais amplas e que não surgem de modo inédito: são reformulações e atualizações de dizeres anteriores, acessados por meio do interdiscurso, que guarda o já-dito e o inscreve em novas condições de produção.

O paradigma indiciário, ao articular-se à Análise de Discurso, constitui um instrumento epistemológico de leitura e escuta voltado à interpretação das marcas linguísticas e discursivas que expressam o modo como o sujeito se relaciona com a linguagem em determinadas condições de produção. Assim, o olhar analítico volta-se para o detalhe – o indício, o silêncio, a escolha lexical – como zonas privilegiadas de significação, nas quais se materializam os efeitos da ideologia e a constituição do sujeito no processo de dizer.

2.1 Condições de produção do corpus

A escolha pelo recorte do PNLD Literário justifica-se pelo fato de se tratar de um programa nacional de política pública de leitura, responsável pela seleção e distribuição dos livros que efetivamente chegam às escolas brasileiras. Embora o mercado editorial disponha de inúmeras obras de alta qualidade que abordam o tema da morte – como, por exemplo, *Menina amarrotada*, de Aline Abreu, e *A Morte da lagarta*, produzido pelo coletivo Sabichinho –, é importante reconhecer que o acesso à literatura fora do espaço escolar ainda é restrito a uma parcela limitada da população infantil. Dessa forma, ao priorizar as obras aprovadas e distribuídas pelo PNLD, busca-se compreender os sentidos sobre a morte e o luto que circulam na literatura a que a maioria das crianças tem acesso, analisando como tais discursos são legitimados, selecionados e veiculados por uma política pública que, ao mesmo tempo que promove a leitura, regula e institui formas de dizer sobre temas sensíveis na infância. Além disso, optou-se pelo edital de 2022 para Educação Infantil em virtude da faixa etária a que as obras se destinam, uma

vez que, nesse período, a criança tende a ser colocada em uma posição de maior proteção frente a temas considerados sensíveis, os quais tendem a ser gradualmente introduzidos apenas em etapas posteriores da formação escolar.

Após a liberação do edital e a aprovação das obras, o PNLD Literário disponibiliza o “Guia Digital”, documento oficial para orientar professores, coordenadores e gestores escolares na escolha dos livros que são utilizados pelas escolas. Conforme consta no site,¹ no documento podemos encontrar “(1) informações sobre as obras aprovadas, incluindo resenhas e dados sobre as obras; (2) metodologias propostas, facilitando o planejamento das aulas; (3) estrutura dos conteúdos; (4) informações sobre a avaliação realizada para aprovação das obras e alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e (5) orientações para a realização da escolha”.

Em um primeiro momento, utilizou-se a ferramenta de busca do leitor de PDF Adobe (Ctrl + F) no arquivo correspondente ao “Guia Digital do PNLD 2022 – obras literárias da Educação Infantil”, com o objetivo de localizar as ocorrências das palavras “morte” e “luto” nos textos descritores das obras aprovadas. Esse procedimento resultou em apenas uma ocorrência, referente à obra *O Livro da avó*, destinada ao público da pré-escola.

Considerando que, na literatura infantil, a morte é frequentemente abordada de forma indireta, por meio de eufemismos e deslocamentos semânticos, procedeu-se a uma nova leitura do guia, ampliando o recorte lexical da busca. Nessa etapa, investigaram-se termos que pudessem integrar uma mesma família parafrástica associada à temática da morte, tais como tristeza, ausência, memória, saudade, sentimentos e família. Na perspectiva da Análise de Discurso de matriz francesa, a família parafrástica corresponde ao conjunto de formulações possíveis que, em determinadas condições de produção, dizem “o mesmo” de maneiras distintas, produzindo um efeito de equivalência de sentido. Trata-se de um mecanismo de estabilização dos sentidos, no interior de uma formação discursiva, que regula o que pode ser dito sobre determinado objeto, ao mesmo tempo que silencia outras formas de dizer. No caso da literatura de infância, expressões como “perda da avó”, “a avó foi embora”, “a avó virou estrela”

¹ Ver: <https://www.fnnde.gov.br/guialivro>.

ou “a avó descansou” podem constituir uma família parafrástica que organiza os modos de dizer a morte, produzindo efeitos de suavização e proteção da infância. Esse funcionamento discursivo evidencia tanto a forma como a morte é tornada dizível para a criança, quanto os limites impostos ao dizer, uma vez que formas mais diretas de nomeação tendem a ser evitadas. Apesar dessa nova busca, não foram encontrados outros livros que abordassem a temática do luto e da morte.

3 Análises

A análise incide sobre o modo como a temática do luto e da morte se inscreve no arquivo constituído pelo PNLD Literário no âmbito das bibliotecas de Educação Infantil, considerando os gestos de seleção, organização e circulação dos livros como práticas discursivas. A identificação de apenas uma obra que aborda explicitamente a morte no edital do PNLD Literário para a Educação Infantil não constitui uma limitação da análise, mas um indício relevante do modo como essa temática é regulada no interior do arquivo escolar.

No contexto brasileiro, a literatura destinada à infância desenvolveu-se historicamente em estreita relação com a pedagogia e com a instituição escolar. Conforme aponta Nelly Novaes Coelho (2006), literatura e educação constituíram-se de forma essencialmente articulada, sobretudo no que diz respeito à produção voltada ao público infantil e juvenil. Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1993, p. 19) observam que, tanto na Europa quanto no Brasil, a literatura das infâncias tem sua gênese em intenções pedagógicas explícitas, sendo a escola o espaço privilegiado de circulação desses livros, muitas vezes utilizados como leitura acessória ou como premiação aos alunos. Essa vinculação estrutural ao sistema educacional faz com que a literatura infantil e juvenil sofra influências diretas do pensamento pedagógico vigente, o que inclui não apenas determinadas concepções de criança e de infância, mas também expectativas sobre o papel da escola, do professor e sobre os temas considerados aceitáveis para cada faixa etária (Silva, 2023). Nesse contexto, obras que subvertiam padrões de comportamento ou abordavam temas considerados inadequados tendiam a ser censuradas e excluídas do repertório literário destinado a crianças

e adolescentes (Silva, 2023), como ocorre historicamente com a temática da morte.

Essa exclusão articula-se com uma formação discursiva dominante que concebe a infância como um espaço idealizado de pureza, inocência e ausência de conflitos. Tal concepção, cuja origem remonta ao Romantismo, permanece fortemente ancorada no imaginário social contemporâneo. Como analisa Marisa Lajolo (2016), a poesia romântica teve papel central na construção dessa imagem da infância como um tempo sereno e beatífico, marcado pela ingenuidade e pela harmonia, conforme emblematicamente expresso nos versos de “Meus oito anos”, de Casimiro de Abreu: “Oh! Que saudades que tenho/ Da aurora da minha vida...” (Lajolo, 2016, p. 327). Esses sentidos estabilizados sobre a infância produzem efeitos discursivos que interditam a inscrição da criança como sujeito em formações discursivas relacionadas à morte e ao luto (Baldini *et alii*, 2023).

Como afirmam Baldini *et alii* (2023, p. 7), “a ideia de que as crianças não precisam ouvir falar de morte está firmemente enraizada no imaginário social”, sustentando a crença de que seria possível manter infância e morte como experiências que não se cruzam. Dessa forma, a infância pressuposta no arquivo do PNLD Literário para a Educação Infantil é aquela concebida como um espaço de proteção e afastamento de experiências consideradas dolorosas, o que contribui para a regulação e o silenciamento da morte enquanto temática legítima no universo simbólico escolar.

No entanto, a infância não pode ser compreendida como uma categoria natural ou universal, mas como uma construção social e histórica, resultante de processos discursivos que a definem e a reconfiguram ao longo do tempo. Conforme argumentam Lucas Martins de Avelar *et alii* (2022), os conceitos são movimentos inscritos no desenvolvimento histórico do pensamento humano, transformando-se de acordo com as condições materiais e ideológicas de cada época. O chamado “sentimento de infância”, como lembra Philippe Ariès (1981), possui uma historicidade própria e está diretamente relacionado às instituições sociais que produzem e legitimam determinadas formas de ser criança, sobretudo a família e a escola. Essas instituições funcionam como aparelhos de formação e controle, nos quais se constituem os modos de significar a criança e de definir os limites de sua experiência simbólica. Assim, ao analisar a infância no discurso, é

fundamental considerar as condições sócio-históricas que produzem o sujeito-criança, entendido não como uma entidade pré-discursiva, mas como um sujeito constituído nas relações ideológicas que o interpelam.

Nesse quadro, a literatura, em sua dimensão estética, simbólica e discursiva, configura-se como um acesso privilegiado ao interdiscurso, possibilitando às crianças o contato com diferentes modos de significar a vida, o mundo e a experiência humana. Mais do que materiais didáticos, os livros literários funcionam como espaços de circulação de sentidos que contribuem para a formação sensível, imaginativa e discursiva das infâncias. Como defende Petit (2008, p. 78), pensar a própria vida por meio da ficção e de narrativas que tocam dimensões profundas da experiência humana não constitui um privilégio, mas um direito elementar e uma questão de dignidade.

Por fim, é preciso destacar a relação incontornável entre discurso e as maneiras de experimentar a morte e o luto (Katz, 2022). Os processos de enlutamento estão profundamente vinculados à memória, entendida, na perspectiva de Pêcheux (1999, p. 56), como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização”, no qual se inscrevem réplicas, polêmicas e contra-discursos. As práticas mortuárias e de luto no Ocidente, por exemplo, evocam essa memória discursiva e operam como rituais ideológicos de linguagem (Lacerda, 2023). Desde Sigmund Freud (2010[1917], p. 128), o luto é compreendido como a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, processo por meio do qual o sujeito atribui sentidos à vida que continua. Assim, mesmo quando silenciada, a morte faz presença nos ditos, nos não-ditos, nos segredos e nos silêncios (Baldini *et alii*, 2023), pois, como observam os autores, não é possível recolher completamente os vestígios discursivos das perdas: o real se impõe e se inscreve, de alguma forma, na materialidade discursiva e na realidade psíquica.

É nesse quadro discursivo que a presença de apenas uma obra que aborda a morte no PNLD da Educação Infantil ganha relevância analítica, permitindo observar de que modo a temática é autorizada a circular no arquivo escolar.

3.1 *O Livro da avó*

O Livro da avó, de autoria do escritor e ilustrador português Luís Silva, é uma obra cuja narrativa recupera as lembranças afetivas de um menino com sua avó em um movimento de rememoração atravessado pela saudade:

Como diz o dito popular, as avós são aquelas que gostam de estragar o trabalho feito pelos pais. Em *O Livro da avó*, o ilustrador português Luís Silva narra as lembranças maravilhosas de um menino com sua avó, uma senhora muito idosa e cheia de rugas. Ele mescla texto e ilustrações delicadas, ora de cores escuras, representando todo o aconchego entre os personagens, ora coloridas, apresentando ao leitor toda a diversão em família. (Silva, 2010, contracapa.)

A narrativa retorna ao tempo da infância para falar da saudade da avó a partir da posição de um sujeito adulto que retoma suas próprias memórias. Esse adulto evoca, em seu discurso interior, “as memórias longínquas de um passado que a memória subjetiva insiste em presentificar” (Mendes, 2013, p. 1.118). Esse movimento evidencia a centralidade da memória como instância de significação da experiência da perda, deslocando a morte do campo do acontecimento para o campo da lembrança.

Nesse sentido, torna-se relevante considerar a posição do sujeito-autor da literatura infantil, que assume determinada concepção de infância ao escrever. Conforme aponta Maria Zaira Turchi (2004, p. 39), o autor de livros para crianças precisa “[...] conciliar a contradição de ser ele mesmo e de ser o outro que ele já foi, e só pode voltar a ser no jogo ficcional por meio da memória e da imaginação”. Em *O Livro da avó*, essa contradição se materializa na escolha de uma voz narrativa que, embora destinada à criança, emerge de uma experiência adulta de luto já elaborada. A descoberta desse narrador adulto se dá nas páginas finais em que nos deparamos com uma página dupla composta pelo relato – “Muitos anos passaram, mas eu, de vez em quando, tenho vontade de dizer muito alto: fazes-me falta!” – e pela ilustração de um homem adulto sentado a uma mesa de escritório, que parece trabalhar à luz da luminária. Essa relação entre verbal e não-verbal nos permite compreender que se trata da representação do autor escrevendo o livro que estamos lendo e que retorna de forma fictícia à sua infância.

Os recursos visuais da obra reforçam esse funcionamento discursivo. O uso recorrente de uma coloração que remete ao sépia evoca a memória de tempos passados, produzindo um efeito de distanciamento temporal e de afetividade nostálgica. Além disso, o livro mobiliza famílias parafrásticas para dizer a morte de forma indireta. A formulação “Uma vez voltei e ela não estava lá!!”, por exemplo, aparece em uma página dupla acompanhada da imagem de uma janela fechada, elemento que pode ser interpretado como a janela da casa da avó. O fechamento da janela simboliza o “não estar mais lá”, funcionando como uma metáfora visual da morte, em contraste com a casa cheia de vida, tradicionalmente representada por portas e janelas abertas. A composição de páginas duplas seguintes não possui palavras, apenas uma paisagem em que vemos, na metade inferior, o mar, e, na metade superior, o céu.

Nesse funcionamento discursivo, a morte é deslocada para o campo da memória e da ausência, evitando sua nomeação direta. O processo de luto é apresentado como já resolvido, sem a exposição do conflito psíquico ou da dor, deslocando o foco da perda para a permanência simbólica do vínculo afetivo. Essa permanência simbólica se coloca através das memórias do adulto, que a todo momento utiliza expressões como “Lembro-me muito bem” e “Lembrar-me-ei sempre”.

Ainda assim, o livro não apaga a experiência da falta: a saudade permanece como marca constitutiva da relação com a avó, acompanhando o sujeito da infância à vida adulta. Esse modo de dizer evidencia como a literatura infantil pode produzir sentidos sobre a morte por meio de silenciamentos, eufemismos e deslocamentos, ao mesmo tempo que inscreve a perda como experiência formadora e duradoura.

3 Considerações Finais

Persistem, no campo da literatura de infância, discursos de matriz moralizante e pedagógica que operam no sentido de silenciar a abordagem de temas considerados fraturantes, como, por exemplo, a morte e o luto. Esses discursos sustentam uma concepção idealizada de infância, entendida como um tempo que deveria ser preservado de experiências dolorosas, produzindo um

movimento de higienização do imaginário literário destinado às crianças. Tal funcionamento, ao pretender proteger a infância, acaba por invisibilizar aspectos constitutivos da experiência humana e da própria vida social, ignorando que a criança já está atravessada por perdas, ausências e processos de luto, ainda que estes nem sempre sejam nomeados.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa evidenciam que o silenciamento da morte na literatura de infância se materializa institucionalmente na constituição dos acervos escolares, especialmente por meio do funcionamento do PNLD Literário. A presença de apenas uma obra que aborda a temática da morte no edital destinado à Educação Infantil é um efeito do modo como o arquivo escolar é organizado, regulando o que pode circular, ser lido e legitimado para a infância. O PNLD, enquanto política pública, opera simultaneamente como mecanismo de democratização do acesso ao livro e como instância de controle discursivo, filtrando temas, formas de dizer e concepções de infância que se tornam hegemônicas no espaço escolar.

A análise de *O Livro da avó* permite observar como, mesmo quando autorizada a circular, a morte não é nomeada diretamente, sendo reinscrita no campo da memória, da ausência e da saudade, por meio de famílias parafrásticas que tornam o dizer aceitável para a infância tal como concebida no imaginário adulto. Esse funcionamento evidencia os limites do dizível no arquivo da literatura de infância, ao mesmo tempo que revela a potência da literatura como espaço simbólico capaz de inscrever a perda como experiência formadora, ainda que mediada por silêncios.

Ao compreender a literatura não como instrumento pedagógico, mas como prática estética, simbólica e discursiva, este trabalho reafirma a importância da bibliodiversidade nos acervos escolares. A literatura constitui um espaço privilegiado de acesso ao interdiscurso, permitindo que as crianças entrem em contato com diferentes modos de significar a vida, o mundo e a própria experiência humana.

Por fim, este estudo não pretende prescrever práticas de ensino nem defender a instrumentalização da literatura para tratar temas específicos. Seu objetivo foi analisar os modos de funcionamento discursivo que atravessam a constituição dos acervos de literatura infantil e os efeitos de sentido produzidos a

partir da presença – ou da ausência – da temática da morte. Ao evidenciar os silenciamentos e as formas autorizadas de dizer, espera-se contribuir para uma reflexão crítica sobre as políticas públicas de leitura, sobre as concepções de infância que nelas se inscrevem e sobre o papel da literatura na formação sensível, imaginativa e discursiva das infâncias.

Referências

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Tradução: Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AVELAR, Lucas Martins de; COELHO, Leandro Jorge; GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira; PARANHOS, Rone de Deus. O conceito de conceito na formação de professores de Biologia: apontamentos a partir da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 14, n. 2, ago. 2022, p. 667-691.

AZEVEDO, Fernando; BARROS, Lúcia. Literatura infantil e temas difíceis: mediação e recepção. *Em aberto*, Brasília, v. 32, n. 106, maio/ago. 2019, p. 77-92.

BALDINI, Lauro; ALCANTARA, Kelly; CAMPOS, Iara; RODRIGUES, Leonardo; CARRENHO, Júlia Mendes. Fronteira e Limiar: considerações sobre a relação entre psicanálise e análise de discurso (trauma, luto, testemunho). *Conexão Letras*, Porto Alegre, v.18, n. 29, jan-jul. 2023, p. 01-29.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2017.

BRASIL. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Resolução CD/FNDE nº 12, de 07 de outubro de 2020. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 out. 2020.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de Teoria e História literária*. 1a. ed. São Paulo: Todavia, 2023.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 5ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CECCANTINI, João Luís; GALVÃO, Eliane; VALENTE, Thiago Alves (orgs.). *Literatura infantil e juvenil na fogueira*. Belo Horizonte, MG: Aletria Editora, 2024.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira: séculos XIX e XX*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2006.

DIAS, Ana Crélia. Literatura infantil ou literatura dirigida à infância? Sede de Ler, Niterói, v. 13, n. 1, p. 8–10, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/sededeler/article/view/61146>. Acesso em: 26 maio. 2026.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Vol. 12. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010[1917].

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KATZ, Ilana. Crianças que vivem a morte. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, Ano XIV, vol.1 n°1, 2022, p. 85-103.

LACERDA, Gustavo Haiden de. *Sentidos de morte na escritura(ção) do luto no Facebook*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023, 217 f.

LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira: do impresso ao digital*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1993.

MENDES, Teresa de Lurdes Frutuoso. A Morte dos Avós na Literatura Infantil: análise de três álbuns ilustrados. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, out./dez. 2013, p. 1.113-1.127.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 42. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3a ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethânia S.C. Mariani *et alii*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: VV.AA. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995[1975].

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Tradução: Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2008.

SILVA, Elaine Aparecida Rodrigues da; FREITAS, Lucinéia Silva de; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. A questão da faixa etária na literatura infantil. *Anuário Sciencult*, Paranaíba, v. 1, n. 1, 2006.

SILVA, Luís. *O Livro da avó*. 1a. ed. São Paulo: Escrita Fina/Grupo ZIT, 2010.

SILVA, Vivian Bezerra da. *Infâncias em situação-limite na literatura brasileira contemporânea: representações em perspectiva*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023, 161 f.

SOUZA, Juliana Christina Rezende de; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Sujeito e autoria no contexto escolar: contribuições da Análise do Discurso. *Revista da SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, vol. 12, nº. 2, jul-dez. 2011, pp. 68-84.

TABAK, Fani Miranda. *O direito de ler: literatura e subjetividade*. 1.ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

TURCHI, Maria Zaira. O estético e o ético na literatura infantil. In: CECCANTINI, João Luis C. T. (org.). *Leitura e literatura infanto-juvenil: memória de gramado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004, p. 38-44.

VIEIRA, Ana Rubia Silva; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Literatura e argumentação na educação infantil. In: PACÍFICO, Soraya Maria Romano; SCORSOLINI-COMIN, Fábio (orgs.). *O discurso em nós: memória e subjetividade*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2024.

[Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2026 e aceito em 23 de abril de 2026.]

DOI: 10.22456/2236-6385.153755